

RELATÓRIO ANUAL

2016





# Sumário

1. Mensagem dos Administradores

2. Planejamento Estratégico

3. Governança Corporativa

4. Desempenho Operacional

5. Desempenho Financeiro

6. Demonstrações Contábeis

7. Notas Explicativas


8. Pareceres





# 1 • Mensagem dos Administradores

---



**Somos 7.124 associados, temos um Patrimônio Líquido de R\$33,6 milhões de reais e emprestamos R\$67,1 milhões aos nossos associados. Obtivemos R\$4,1 milhões de resultado positivo em 2016.**


Anualmente, apresentamos aos associados e à sociedade brasileira, a prestação de contas dos administradores do Sicoob. Queremos, com isso, mostrar com toda transparência de dados e informações, os feitos e os resultados obtidos ao longo do exercício. O presente relatório cumpre esse objetivo.

Em 2016, começamos de fato a atuar em Livre Admissão. No início do ano, em fevereiro, inauguramos nossa primeira agência de rua na SCLN 116, na Asa Norte em Brasília. Inaugurada com cerca de 400 associados, a agência encerrou 2016 com 1.145 associados. Também em 2016, mais precisamente no final de junho, inauguramos a segunda agência de rua, em Águas Lindas – GO. Inaugurada sem qualquer associado, encerrou o ano com 330 associados. As duas outras agências, as mais antigas, conhecidas como Agência Virtual, por focar seu atendimento aos associados de fora do Distrito Federal e a Agência Embrapa, focada no atendimento aos empregados da Embrapa no DF, bem como aos servidores do Ministério do Meio Ambiente e Órgãos Vinculados, encerraram 2016 com, respectivamente, 4.034 e 1.615 associados. Somando-se todas agências, a Cooperativa encerrou o ano com 7.124 associados, um crescimento de 50,5 por cento em relação ao exercício anterior.

Novas Agências virão nos anos vindouros. Queremos estar mais próximos dos nossos associados do IBAMA e do ICMBio por meio da instalação de dois pontos de atendimento. Daremos continuidade na ocupação do entorno do Distrito Federal abrindo novas agências nos municípios goianos de Alexânia e Valparaíso de Goiás.

Foi em 2016, também, que demos um grande salto no relacionamento com os nossos potenciais associados ao implementarmos o sistema de abertura de contas totalmente digital. Primeira cooperativa do Sicoob a proceder, por meio de aplicativo disponível nos smartphones a abertura de conta corrente digital. Esses associados passam a compor a carteira da Agência Virtual.

O ano de 2016 foi de grandes desafios em termos econômicos. Ano em que mais um Presidente da República sofreu um processo de Impeachment, ano em que a recessão se aprofundou e a inflação continuou fora de controle. Com desemprego crescente e atingindo níveis alarmantes, a inadimplência continuou a crescer em todo o sistema financeiro. Conosco não foi diferente. A inadimplência também cresceu, mas mesmo assim, ficou em níveis suportáveis da ordem de 1,7% (um vírgula sete pontos percentuais) ao mês. Somente no final do ano é que o COPOM iniciou um processo de redução da taxa básica de juros da economia, conhecida como SELIC, que terminou em 13,75%. Espera-se que em 2017 essa trajetória de redução da SELIC continue e o país volte a crescer. Tudo indica que a taxa de inflação caminha para o centro da meta, ou seja, 4,5% ao ano.



Outros dados importantes a respeito da Cooperativa são: a) as operações de crédito cresceram 20,1% no último ano, passando de R\$55,85 milhões no final de 2015 para R\$67,1 milhões em 31/12/2016; b) o patrimônio líquido da Cooperativa cresceu 12,4%, passando de R\$29,9 milhões em 31 de dezembro de 2015, para R\$33,6 milhões ao final de 2016; e c) Em 31/12/2016, o capital social alcançou o valor de R\$25,3 milhões, um crescimento de 17,1% em relação aos R\$21,6 milhões alcançado em 2015.

Assim, avanços importantes foram obtidos pela Cooperativa na sua estratégia de crescimento acima apontada, alinhada ao compromisso com o desenvolvimento do cooperativismo de crédito no país. Em linha com sua estratégia de foco nos associados, inovação, agregação de valor e sustentabilidade aos produtos e serviços ofertados, a Cooperativa passou, mais uma vez, por processo anual de auditoria externa de qualidade e manteve a certificação ISO 9001:2008.

Conselho de Administração.



## 2. Planejamento Estratégico

---






# Planejamento Estratégico

Conforme indicado no ano anterior, o Planejamento Estratégico que deveria se estender até o final de 2016, foi concluído em mais de 85%, em 2015. Por este motivo, o Conselho de Administração resolveu antecipar a realização de um novo ciclo de Planejamento em 2016, o qual aconteceu em maio daquele ano. O novo exercício foi dividido em 4 eixos, a saber:

- 1) Estruturar a área de negócios, com 7 ações estratégicas e 20 atividades;
- 2) Ampliar a capacidade de atendimento, com 11 ações estratégicas e 17 atividades;
- 3) Realizar o planejamento e mapeamento dos processos internos, com 4 ações estratégicas e 5 atividades;
- e 4) Desenvolver a área de gestão de pessoas, com uma ação estratégica e 8 atividades. O planejamento encontra-se em plena execução, com mais de 80% das atividades já iniciadas.





# 3. Governança Corporativa

---





# Governança Corporativa

Visa estabelecer diretrizes aplicadas à representatividade e participação dos associados na gestão da Cooperativa e à aplicação de princípios de segregação de funções, transparência, equidade, ética, educação cooperativista, responsabilidade corporativa e de prestação de contas da Cooperativa.

## • Representação e participação dos associados

No Sicoob os associados são representados por 35 delegados eleitos em assembleia geral do grupo seccional a que se vinculam. Em 2016 foram convocadas eleições em 6 grupos a saber: Campo Grande – MS, São Carlos – SP, ICMBio (Brasil), Ibama (Brasil), Livre Admissão (DF e entorno) e São Antônio de Goiás - GO. Foram eleitos apenas 3 representantes efetivos e seus suplentes: Campo Grande – MS, São Carlos – SP, e São Antônio de Goiás – GO. Dois grupos não tiveram candidatos, Ibama e ICMBio e o grupo Livre Admissão não atingiu o quórum mínimo de 10 eleitores. As eleições foram realizadas pela Internet, com total segurança, rapidez e transparência.

## • Gestão executiva

A Diretoria Executiva trabalha sob a égide do código de ética do Sicoob buscando sempre o pleno atendimento das necessidades dos cooperados. Ela tem como foco de sua atuação as operações de crédito e de assistência financeira dos associados. Preza pela correta execução das políticas de qualidade, de prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao terrorismo e de gestão de risco. Cuida da política de comunicação e marketing. Exerce, enfim, todas as atribuições delegadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração.

## • Direção estratégica

Os Conselhos de Administração e Fiscal reúnem-se mensalmente com vistas ao cumprimento de suas atribuições e responsabilidades estatutárias. Essas reuniões favorecem o pleno exercício da direção estratégica da Cooperativa. O Sicoob mantém, desde 2009, total segregação entre os poderes do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva. Atualmente, apenas um Conselheiro de Administração integra a Diretoria como Diretor-Presidente, participa das reuniões do colegiado, mas sem direito a voto. Tanto os Conselheiros de Administração, como a Diretoria Executiva foram eleitos na AGO/2016, para cumprirem um mandato de 4 anos.

## • Fiscalização e controle

O Sicoob é fiscalizado pelo Conselho Fiscal, pelos auditores internos e pelos responsáveis pelo controle interno e risco do Sicoob Planalto Central e por uma auditoria externa independente. Os Conselheiros Fiscais foram eleitos na AGO/2016 para cumprirem um mandato de 3 anos.



## • Conselho de Administração

José Roberto Rodrigues Peres - Presidente  
Almir Felipe dos Santos – Conselheiro Efetivo  
Glocimar Pereira da Silva - Conselheiro Efetivo  
Júlio José Modtkowski – Conselheiro Efetivo  
Marcos Carlos – Conselheiro Efetivo  
Susy Darlen Barros da Penha - Conselheira Efetiva  
Thiago Ramiro Silva Fernandes – Conselheiro Efetivo  
Washington Luiz de Carvalho e Silva - Conselheiro Efetivo

## • Conselho Fiscal

Luiz Antônio Teston – Presidente  
Cleuber Oliveira – Conselheiro Efetivo  
Maria Viana de Almeida – Conselheira Efetiva  
Adélio Martins – Conselheiro Suplente  
Cássio Costa da Silva Curi - Conselheiro Suplente  
Waldir Marques Giusti - Conselheiro Suplente

## • Diretoria Executiva

Carlos Henrique Simões Ayres – Diretor-Presidente  
Sílvia Regina Alves da Silva – Diretora Administrativo-Financeira



## • Gerência de Crédito e de Recuperação de Crédito

Rosilene Pontes Lima – Gerente  
Jovânia de Castro Magalhães – Supervisora de Crédito  
Maria Rosânia da C. Silva – Supervisora de Rec. de Crédito  
Clariana Moreira dos Santos  
Deise Sales de Araújo  
Elizabeth Maria Malveira de Oliveira  
Letícia Hellen Silva Santos  
Maria Raquel Oliveira  
Yane de Oliveira Costa

## • Gerência de Negócios

Adrienne Simões Santos – Gerente  
Alyne da Silva Santana

## • Comunicação

Susan Hellen dos Santos Sousa

## • Gerência de Seguros e Previdência

Taissa Régia Martins de Carvalho – Gerente  
Edilma Nascimento  
Fernanda Ramos  
Marina Marce Barbosa

## • Setor de Documentação e Cadastro – SDC

Isabel dos Santos Costa - Supervisora  
Gabrielle Oliveira de Oliveira  
Fabiane Peres de Oliveira  
Luís Fernando Ferreira da Silva  
Paulo Henrique Costa  
Sueli Costa

## • Setor Financeiro - SEFIN

Severina Marinho de Siqueira - Supervisora  
Clayton Alisson Rodrigues da Silva  
Débora Gomes Viana  
Lara Giordana Almeida Ferreira

## • Setor de Gestão da Qualidade e Ouvidoria - SGQ

Ana Cecília de Oliveira Magalhães

## • Setor de Gestão de Pessoas


Juscilene Gomes Tolentino - Supervisora

## • Setor de Pagamentos, Patrimônio e Logística

Kalliane Souza dos Anjos – Supervisora  
Girlene Alves Pereira  
Márcio Damião Matos  
Júlia dos Santos Reis – Menor aprendiz  
Edimar Alvins de Sales – Prestador de serviço  
Rita de Oliveira – Prestadora de serviço  
Yulfo Espinosa Rodriguez – Prestador de serviço

## • Setor de Tecnologia da Informação

Eduardo Araújo da Silva  
Edgard Sampaio  
Marcos Henrique Oliveira Leite



## • Agência Virtual – PA 00

Aline Athayde da Silva Buriel – Gerente  
Nayara Karen dos Reis – Gerente de Relacionamento  
Adriana Gonçalves Carvalho  
Amanda Diógenes de Oliveira  
Bruno Alves de Santana  
Erika Moreira  
Estéfane da Silva Cardoso  
Raquel Cristina Vieira  
Rayane Cristina Almeida  
Rosilene Pereira Monteiro  
Sunamita Batista de Oliveira

## • Agência Embrapa – PA 01


Samia Khalil Abder de Carvalho Rahman – Gerente  
Rafaela Rodrigues Pereira – Gerente de Relacionamento  
Leticia Ferreira de Anchieta  
Roberta Veras P. Miranda

## • Agência 116 Norte – PA 02

Elidiane Alves Fernandes Lemos – Gerente  
Sheila de Castro Leitão – Gerente de Relacionamento  
Priscila Nunes Oliveira Gama  
Rafaela Barros Pereira  
Yuri Suares Lobato Gama

## • Agência Águas Lindas – PA 03

Ariela de Souza Nunes Pedroza – Gerente  
Ludmilla da Silva Mesquita – Gerente de Relacionamento  
Billy Santos da Silva  
Karoline Pontes Pereira  
Larissa Natalia S. de Andrade





## Delegados Efetivos


---

### Nome

Antônio Aparecido Guedes de Oliveira  
Antônio Lucio Gomes  
Carlos Antônio da Silva  
Carlos Renato Tavares de Castro  
Cindi Cristina Ferreira Camargo  
Edmar Vieira  
Eledison Silva Sampaio  
Eliane Maria de Oliveira  
Emídio Casagrande  
Francisco Chagas Neto  
Gilda Maria Dutra Leite  
Helder Wanderley Cordeiro Neves  
Hildeberto Valle Petzold  
Joel Sebastião Lamóglia  
José Ribamar Santos  
Júlio Cesar Parangaba Ignacio  
Luciano do Carmo Rocha  
Luzia Feitosa de Oliveira  
Marcelo Dressler  
Maria Aparecida Viegas Martins  
Marmine Lima de Aguiar  
Nizael Francislei Rosa  
Orebio Oliveira Sousa  
Paulo Aparecido Teixeira da Silva  
Pedro Laureano de Campos Neto  
Quintino Izídio dos Santos  
Raimundo de Paula Sousa  
Raquel Siqueira de Lemos  
Renata Kelly Costa Souza  
Renato da Cunha Tardin Costa  
Roberto de Camargo Penteado Filho  
Telmo Luiz Araújo  
Valdirene de Moura Alves  
Vera Lucia Maria dos Santos  
Vicente de Paula Pereira de Araújo

### Grupo Seccional

Embrapa Cerrados  
Embrapa Agrobiologia  
Embrapa Semiárido  
Embrapa Gado de Leite  
Embrapa Meio Ambiente  
Embrapa Arroz e Feijão  
Embrapa Mandioca e Fruticultura  
Embrapa Algodão  
Embrapa Soja  
Embrapa Amapá  
Embrapa Roraima  
Embrapa Rec. Gen. e Biotecnologia  
Embrapa Pantanal  
Embrapa Tabuleiros Costeiros  
Embrapa Amazônia Oriental  
Embrapa Florestas  
Embrapa Pesca e Aquicultura  
Embrapa Rondônia  
Embrapa Milho e Sorgo  
Embrapa Agropecuária Oeste  
Embrapa Amazônia Ocidental  
Embrapa Pecuária Sudeste/São Paulo  
Embrapa Hortaliças  
Embrapa Agroindústria Tropical  
Embrapa Agroindústria de Alimentos  
Embrapa Gado de Corte  
Embrapa Caprinos e Ovinos  
Embrapa Informação Tecnológica  
Embrapa Acre  
Embrapa Agrossilvipastoril  
Embrapa Sede  
Embrapa Clima Temperado  
Embrapa Produtos e Mercado  
Embrapa Meio-Norte  
Embrapa Meio Norte - Parnaíba





## Delegados Suplentes


---

### Nome

Ademilson Santana da Rocha  
Adinomar Rodrigues Nunes  
Alexandre Peron Mendes  
Angela Maria batista  
Antonio Argemiro Bastos Varjão  
Bruno Teruo Ochikubo  
Celso Macedo da Fonseca  
Claudio Henrique Gomes da Silva  
Douglas Alves Vieira  
Eduardo Henrique Ribeiro de Oliveira  
Evelinne M. Bastos A. C. Feitosa  
Francisca das Chagas da Silva Cruz  
Francisco dos Santos Carvalho  
Francisco José Bezerra Neto  
Harry Albino Hoffmann  
Jorge Severo da Costa  
José Albuquerque Jerônimo  
José Braga de Jesus  
José Marcos dos Santos  
Leandro Peixoto Escrivani  
Maria MarluCIA Lemos  
Maria Solange Martins  
Marilisi Jorge da Cunha  
Mario Baptista Leal Junior  
Marta Lucia de Sousa Cunha Sudário  
Martha Rita Fernandes Ventura  
Qfrance de Lira Brito  
Rinaldo Oliveira  
Rosaura Gazzola  
Sidmar da Luz Dias  
Waltterlenne Englen Freitas de Lima  
Wilson Paulo Queiroz Alves

### Grupo Seccional

Embrapa Milho e Sorgo  
Embrapa Amapá  
Embrapa Rec. Gen. e Biotecnologia  
Embrapa Agrobiologia  
Embrapa Amazônia Ocidental  
Embrapa Soja  
Embrapa Roraima  
Embrapa Agroindústria de Alimentos  
Embrapa Meio Ambiente  
Embrapa Tabuleiros Costeiros  
Embrapa Agroindústria Tropical  
Embrapa Meio Norte  
Embrapa Meio Norte - Parnaíba  
Embrapa Acre  
Embrapa Florestas  
Embrapa Semiárido  
Embrapa Caprinos  
Embrapa Mandioca e Fruticultura  
Embrapa Cerrados  
Embrapa Pecuária Sudeste/São Paulo  
Embrapa Rondônia  
Embrapa Gado de Corte  
Embrapa Pantanal  
Embrapa Gado de Leite  
Embrapa Produtos e Mercado  
Embrapa Agropecuária Oeste  
Embrapa Algodão  
Embrapa Informação Tecnológica  
Embrapa Sede  
Embrapa Clima Temperado  
Embrapa Arroz e Feijão  
Embrapa Amazônia Oriental





# 4. Desempenho Operacional

---



# Desempenho Operacional

## **Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ)**

O Sistema é coordenado pelo Conselho de Administração, a quem compete estabelecer metas, bem como avaliar os resultados alcançados. Mensalmente os resultados econômicos, financeiros e operacionais são acompanhados por meio de 23 indicadores de qualidade que comprovam a relação entre o planejado e o obtido. Os quase 60 procedimentos e instruções de trabalho são acompanhados continuamente pelo auditor interno da qualidade que realiza, anualmente, duas auditorias internas de análise crítica, além de analisar e buscar soluções para as não conformidades encontradas. O SGQ envolve todas as unidades organizacionais da Cooperativa. Embora o objetivo principal seja o atendimento de qualidade aos associados, este é afetado por, praticamente, tudo que se faz na Cooperativa, de um simples fornecedor de papel ao mais sofisticado sistema de tecnologia da informação. Dessa forma, todas as gerências têm papel relevante no sistema e cuidam de determinados procedimentos conforme serão apresentados a seguir. Desde 2008 a Cooperativa detém a certificação ISO 9001:2008. A certificadora é a empresa norueguesa Det Norske Veritas – DNV, organismo de reputação internacional, com sede em São Paulo.


## **Unidade Administrativa – UAD**

Todas atividades de retaguarda das Agências ou PAs, tais como análise dos documentos para abertura de contas, análise de cadastros para concessão de empréstimos, controle da Tesouraria, etc., são executadas na UAD, que está localizada na sede social do Sicoob, composta pelas Gerências de Crédito e de Recuperação de Crédito, de Negócios e de Seguros e Previdência e pelos Setores de Documentação e Cadastro (SDC), Financeiro (SEFIN), Gestão de Pessoas (SGP), Gestão da Qualidade (SGQ), Pagamentos, Patrimônio e Logística (SPL) e Tecnologia da Informação (STI).

## **Gestão Administrativa**

Executada pelos Setores de Documentação e Cadastro (SDC), Financeiro (SEFIN), Gestão de Pessoas (SGP), Gestão da Qualidade (SGQ), Pagamentos, Patrimônio e Logística (SPL) e Tecnologia da Informação (STI) com o apoio de vinte e dois empregados, três prestadores de serviço e um menor aprendiz. A área administrativa é um dos setores mais complexos em qualquer instituição, devido ao grande número de atividades desempenhadas. Para facilitar o trabalho as atividades foram segmentadas em setores:

- **Gestão de Pessoas** – desempenha atividades de recrutamento, seleção, contratação, demissão, capacitação, avaliação de pessoas, dentre outros. Um dos requisitos da Certificação ISO 9001:2008 é a capacitação contínua dos empregados e colaboradores da Cooperativa. Assim, conselheiros, dirigentes, gerentes, empregados e estagiários passaram por cursos e treinamentos em diversas áreas do conhecimento o que permitiu uma maior eficiência nos serviços prestados. Ao todo foram ministradas 2.026 horas de treinamento à equipe.



- **Gestão de Compras** – é responsável por cinco procedimentos: aquisição de bens; de serviços; avaliação dos fornecedores; controle das contas a pagar e fundo fixo de caixa.
  - **Gestão de Patrimônio** – utiliza o software RM Bonum que permite um eficiente controle dos bens do Sicoob. Plenamente integrado ao sistema contábil, o software permite a adequada identificação, localização, atribuição de responsabilidade pela guarda e depreciação do immobilizado. Além disso, o setor é responsável pelo controle do almoxarifado. Faz parte das atividades do setor a manutenção dos bens móveis e imóveis da Cooperativa. O setor cuida, ainda, dos planos de contingência de combate a incêndios, inundações, roubos e atentados.
  - **Gestão de Tecnologia da Informação** – é responsável pela realização de backups de segurança, instalação de hardware e de software, além de cuidar de planos de contingência contra falhas no fornecimento de energia elétrica e contra a inoperância dos sistemas de informação. Os serviços de TI são fundamentais para o bom funcionamento da Cooperativa.
  - **Gestão de Documentação e Cadastro** – é responsável pela abertura e encerramento de contas, inclusive as contas digitais, avaliação de risco, implantação de limites, etc. Executada pelo SDC, utiliza o Próton, um eficiente sistema de gestão eletrônica de documentos (GED), em uso na Cooperativa desde 2008. Toda documentação é registrada e arquivada em meio digital, o que permite sua imediata recuperação por parte dos usuários. Outra vantagem é a enorme economia de papel, já que os documentos são gerados e arquivados eletronicamente. O arquivamento de documentos em papel, quando exigido pela legislação, é realizado em local específico utilizando mínimo de espaço físico. A gestão de cadastro de associado foi centralizada no mesmo setor. Com isso tem-se uma padronização em perfeita observância às normas.
  - **Gestão Financeira** – Executada pelo SEFIN com o apoio de 4 empregados. São quatro os procedimentos relacionados ao Setor, procedimentos de transferência de recursos financeiros entre contas de associados, de crédito identificado em conta corrente da Cooperativa para a conta de associado, de caixa e de tesouraria.
  - **Gestão de Crédito e de Recuperação de Crédito** – Executadas pelas Gerências de Crédito e de Recuperação de Crédito com o apoio de nove empregados, é responsável por analisar, conceder e cobrar os empréstimos solicitados pelos associados. São três os procedimentos envolvidos nessas atividades: Procedimento de montagem de proposta de empréstimos, de créditos a receber e de liquidação de empréstimos. A área de crédito é a que concentra a maioria dos negócios realizados pela cooperativa. A Recuperação de Crédito, com o apoio da Annellus – empresa especializada nas ações de cobrança, desempenha ações proativas de cobrança, no intuito de evitar a inadimplência.
  - **Gestão de Seguros e Previdência** – é executada com o apoio de quatro empregados. Conta, ainda, com o apoio técnico da corretora Michelangelo Seguros cujo relatório encontra-se no último bloco deste documento.
- 

• **Gestão de Continuidade dos Negócios** – O gerenciamento de continuidade de negócios é um processo de melhoria contínua que objetiva dar maturidade à entidade na identificação e avaliação dos riscos de descontinuidade de atividades, principalmente aquelas que representem riscos à imagem da Cooperativa e riscos de perdas financeiras, patrimoniais, legais e regulatórias. Esses riscos justificam a criação de procedimentos que garantam a entrega de serviços e ou produtos dentro de nível previamente definido pela Diretoria e pelo Conselho de Administração.

• **Gestão de Riscos** – A Gestão de Riscos está normatizada pelas Políticas Institucionais e Manuais de Instruções Gerais aprovados pelo Conselho de Administração. São quatro (4) os principais tipos de riscos que devem ser mitigados pelas cooperativas integrantes do Sicoob, a saber: Risco de mercado; risco de liquidez; risco de crédito e risco operacional. O gerenciamento de riscos do Sicoob objetiva garantir a aderência às normas vigentes de forma a minimizar os riscos, por meio das boas práticas de gestão.


• **Gestão de Segurança Corporativa e de Prevenção a Corrupção – Compliance.** Tem a missão de zelar pelo cumprimento de leis, regulamentações, autorregulações, normas internas e os mais altos padrões éticos, orientando e conscientizando quanto à prevenção de atividades e condutas que possam ocasionar riscos à instituição, clientes, colaboradores, fornecedores e sociedade, permitindo o crescimento sustentável e a melhoria contínua do negócio. É responsabilidade de todos conhecer e seguir as diretrizes da Política de Compliance, inclusive, promover, incentivar e participar de treinamentos anticorrupção.

### Agências ou Pontos de Atendimento

• **Gestão de contas** – É executada em cada uma das agências da Cooperativa, com o apoio da UAD (Setor de Documentação e Cadastro). Os procedimentos relacionados ao Sistema de Gestão da Qualidade são em número de sete, a saber:


- aplicação e resgate de recursos de associados;
- subscrição/integralização de capital social;
- abertura de contas para novos associados;
- desligamento de associados;
- atualização de dados cadastrais;
- devolução parcial de capital social; e
- solicitação/alteração de limites de cartão de crédito/débito e/ou cheque especial.

Além desses procedimentos típicos de gestão de contas, compete às Agências a execução de atividades e procedimentos voltados à **Prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo (PLDFT)**. A política relacionada a este procedimento tem por finalidade estabelecer padrões e rotinas de prevenção e detecção de operações ou transações que apresentem características atípicas. A manutenção de cadastro atualizado é um dos requisitos da política e é a principal fonte de conhecimento do associado/cliente, permitindo que a Cooperativa preste atendimento adequado e, conseqüentemente, realize os procedimentos de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo.



• **Gestão de Relacionamento** – Executada pelas Agências com o apoio da UAD (Gerência de Negócios). A Agência Virtual é responsável pelos procedimentos de atendimento remoto aos associados. Foram, em média, 4.185 ligações telefônicas mensais em 2016, ou seja, 140 ligações diárias recebidas pela equipe. Em 2016 a Agência Virtual fez, também, 34.513 atendimentos por e-mail e 2.492 atendimentos por “chat on line”, além de 3.839 atendimentos via “WhatsApp”. Ao final de cada contato, todos são convidados a avaliar o atendimento recebido, tenha sido presencial ou por via telefônica. Na avaliação presencial a nota média obtida foi 4,93 (num máximo de 5) enquanto que na avaliação telefônica a média foi 4,85 (num máximo de 5). Resultados excelentes o que demonstra o comprometimento de todos com a qualidade do serviço prestado aos associados.

• **Gestão de Negócios** – Executada pelas Agências com o apoio da UAD (Gerência de Negócios). São três os procedimentos do Sistema de Gestão da Qualidade: buscar novos negócios para a Cooperativa, bem como por viabilizar os negócios existentes; ampliar o quadro de associados e buscar a realização de novos convênios com instituições públicas e privadas. Além disso, a Gerência auxilia as Agências no alcance das metas estabelecidas pelo Conselho de Administração.







# 5. Desempenho Financeiro

---

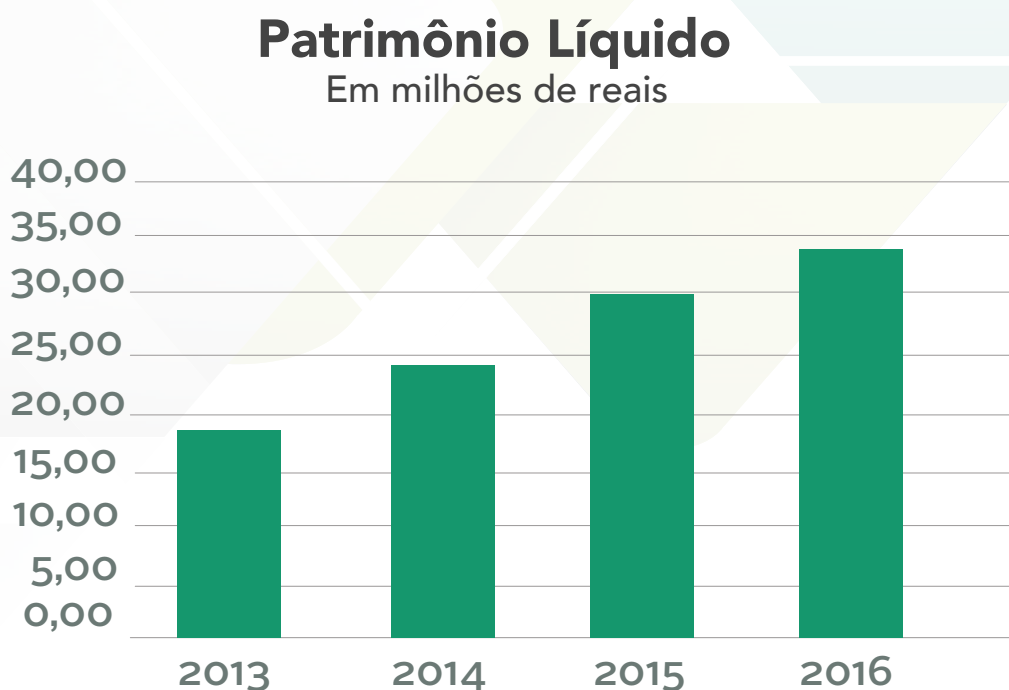


# Desempenho Financeiro

## Patrimônio Líquido

Nos últimos 4 anos o patrimônio líquido da Cooperativa cresceu 79,2%, alcançando, em 31 de dezembro de 2016, a cifra de R\$33,6 milhões. O crescimento em 2016 comparado a 2015, foi da ordem de 12,4%. O gráfico 1 espelha esta evolução no período de 2013 a 2016.

**Gráfico 1: Evolução do patrimônio líquido no período 2013/2016.**



## Reservas legais

De acordo com o Estatuto Social do Sicoob, 40% das sobras brutas são destinados à formação das Reservas Legais. Essas passaram de 6,9 milhões de reais ao final de 2015, para R\$7,6 milhões em dezembro de 2016 implicando uma variação de 10,6% no ano. Nos últimos 4 anos as reservas legais cresceram 48,4%.

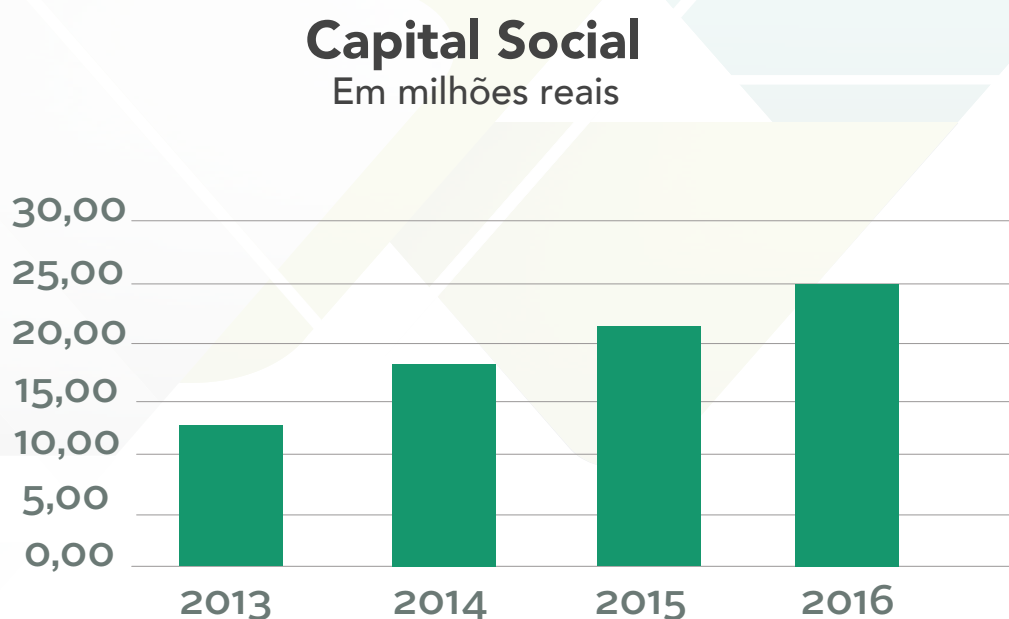
**Gráfico 2: Evolução das Reservas Legais no período 2013/2016.**



## Capital Social

O Sicoob mantém uma política de capitalização contínua por parte de seus associados. Essa política garante o cumprimento de regras do Banco Central do Brasil em consonância com o disposto no Acordo de Basiléia III. Em 31/12/2016, o capital social alcançou o valor de R\$25,3 milhões, um crescimento de 17,1% em relação aos R\$21,6 milhões alcançado em 2015. Nos últimos quatro anos o capital social cresceu cerca de 136,3%, conforme evidenciado no Gráfico 3. Isso demonstra, uma vez mais, a solidez da Cooperativa

**Gráfico 3: Evolução do capital social no período 2013/2016**



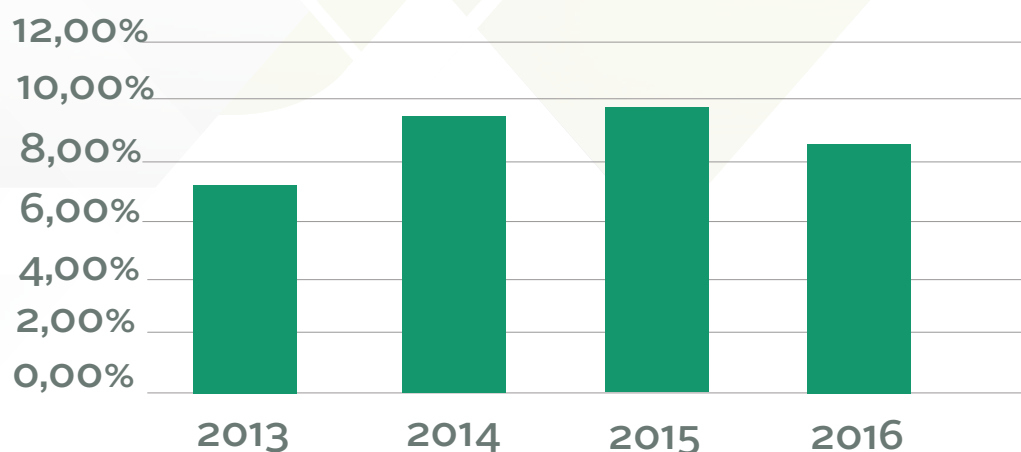
## Rentabilidade do Capital dos Associados

De acordo com a Lei Complementar nº 130, de 17/04/2009, o capital social dos associados pode ser remunerado, no máximo, pela variação anual da taxa básica de juros da economia (SELIC), determinada pelo Conselho de Política Monetária (COPOM) do Banco Central do Brasil. Em 2016, o Conselho de Administração do Sicoob aprovou o pagamento de 70% da variação da SELIC. Em média cada associado obteve um rendimento de 8,61% no ano. Resultado semelhante ao da caderneta de poupança que, no mesmo período, rendeu apenas 8,34% e acima da inflação anual medida pelo IPCA (6,29%). Os juros ao capital foram creditados na conta capital de cada associado em 31/12/2016.

**Gráfico 4: Rentabilidade do Capital dos Associados no período 2013/2016.**

### Rentabilidade do Capital Social

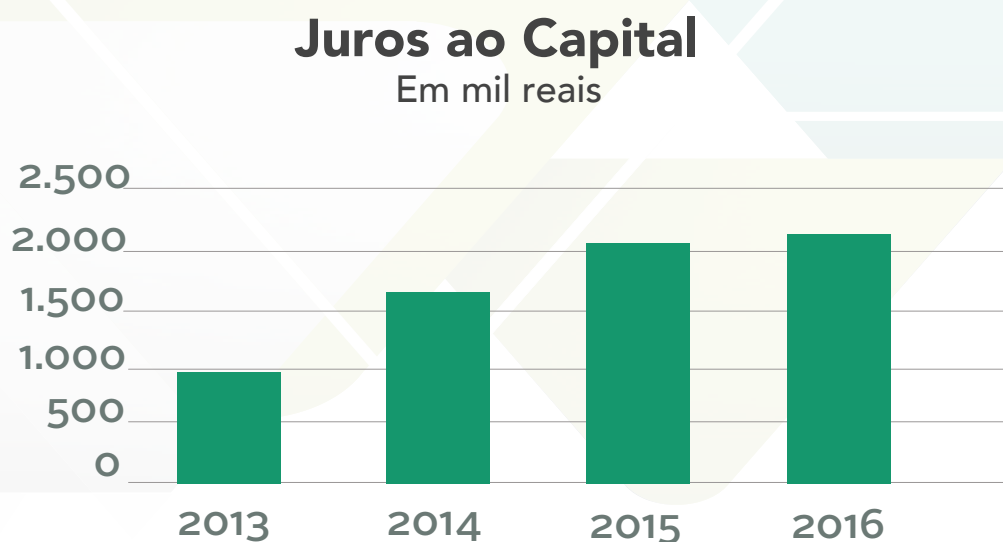
Em porcentagem



## Juros ao Capital

Em valores, o pagamento de juros ao capital foi de R\$2,176 milhões em 2016. O gráfico 5 apresentado a seguir mostra a evolução do valor total de juros pagos ao capital dos associados no período 2013/2016. Nota-se que o crescimento do valor pago em 2016 foi de 4,4% em relação a 2015. De 2013 a 2016 os valores pagos em juros ao capital cresceram 124,7%.

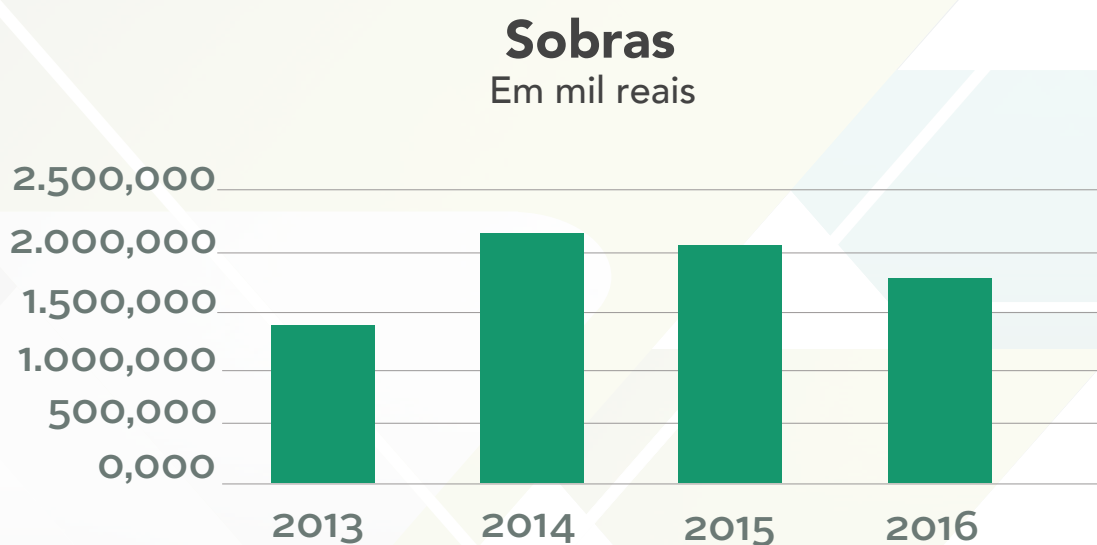
**Gráfico 5: Valor dos Juros pagos ao capital dos associados no período 2013/2016.**



## Sobras

Em 31/12/2016 o Sicoob obteve R\$1,81 milhões em Sobras (brutas), conforme pode ser visto no Gráfico 6. Esse valor é um pouco inferior ao valor alcançado em 2015, R\$2,04 milhões.

**Gráfico 6: Evolução das sobras no período 2013/2016**





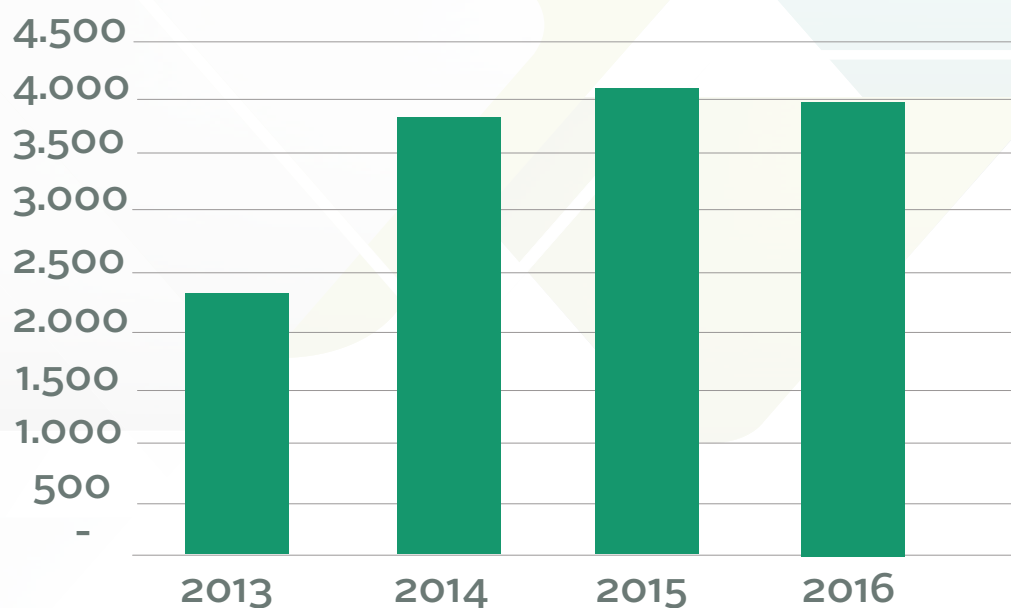
## Sobras mais Juros Pagos ao Capital

A soma desses dois valores demonstra o resultado anual da Cooperativa. Em 2016 este foi da ordem de R\$4 milhões, praticamente o mesmo resultado alcançado em 2015. Se comparado com 2013 o crescimento foi de 69,6%. O Gráfico 7 apresentado a seguir representa esse resultado.

**Gráfico 7: Somatório de Sobras e Juros pagos ao Capital dos associados no período 2013/2016.**

### Sobras mais Juros ao Capital

Em milhões de reais



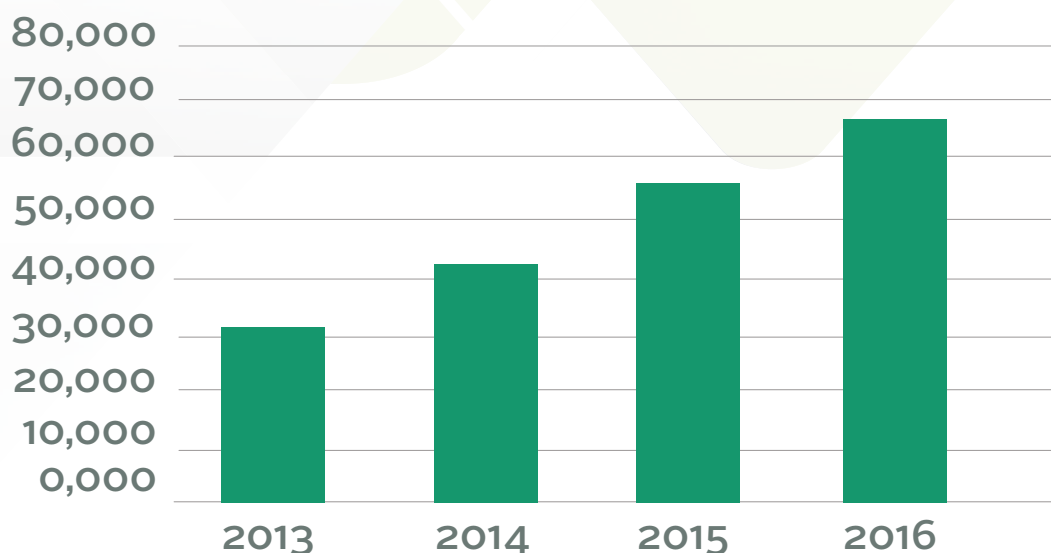
## Operações de Crédito

As Operações de Crédito alcançaram a cifra de R\$67,1 milhões em 31/12/2016, um crescimento de 20,2% em relação a 2015, conforme demonstra o Gráfico 8. Foram 6.642 empréstimos realizados, uma média de 546 operações de crédito por mês ou 25 por dia. Nos últimos 4 anos a carteira de empréstimos cresceu 111,3%. Do total de operações, apenas 22,2% foram empréstimos consignado em folha. Os demais, com desconto em conta corrente. Assumimos este risco para atender aos associados que, na sua maior parte, não têm limite de consignação no SIGEP. Em contrapartida exigimos mais garantias. A taxa de inadimplência no ano foi de apenas 1,7%.

**Gráfico 8: Valor das operações de crédito realizadas no período 2013/2016.**

### Operações de Crédito

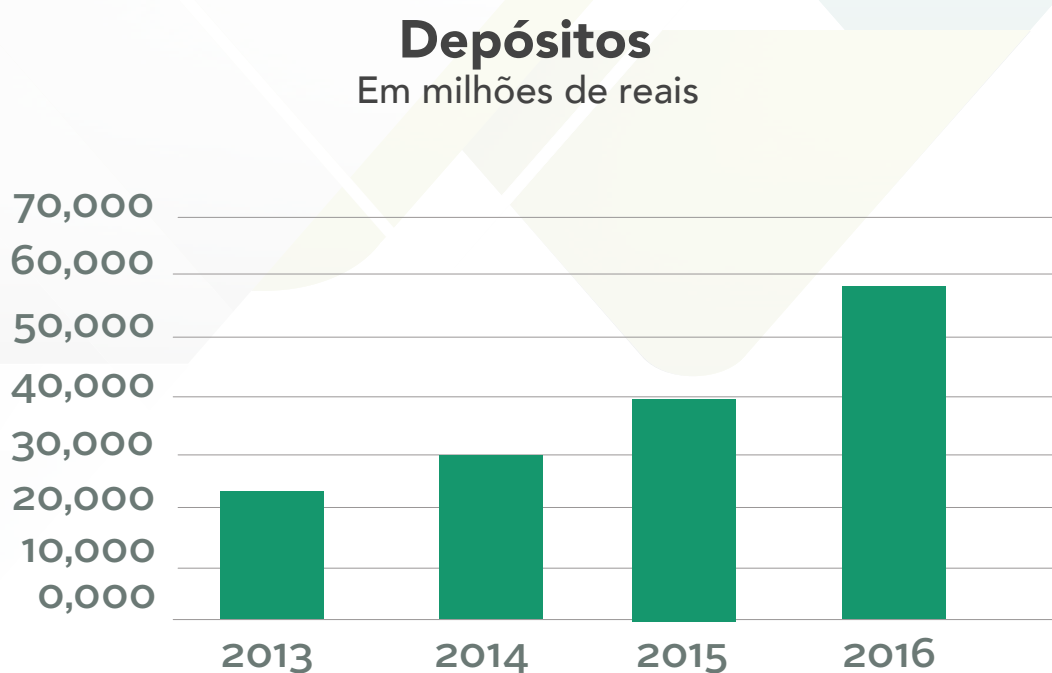
Em milhões de reais



## Depósitos

A captação de recursos é um importante instrumento para o crescimento da Cooperativa. Graças ao seu incremento que se pôde promover uma expansão do crédito para atender às demandas dos associados. Esse crescimento foi possível, em primeiro lugar, pela confiança que o Sicoob desperta em seus associados e, em segundo, pela excelente rentabilidade que é paga aos seus aplicadores e depositantes, que supera as taxas pagas pelos bancos comerciais. Em 31/12/2016, os depósitos atingiram R\$57,8 milhões, um crescimento de 43,5% em relação a 2015. Nos últimos 4 anos o crescimento dos depósitos totais foi de 130,5%, conforme pode ser observado no Gráfico 9.

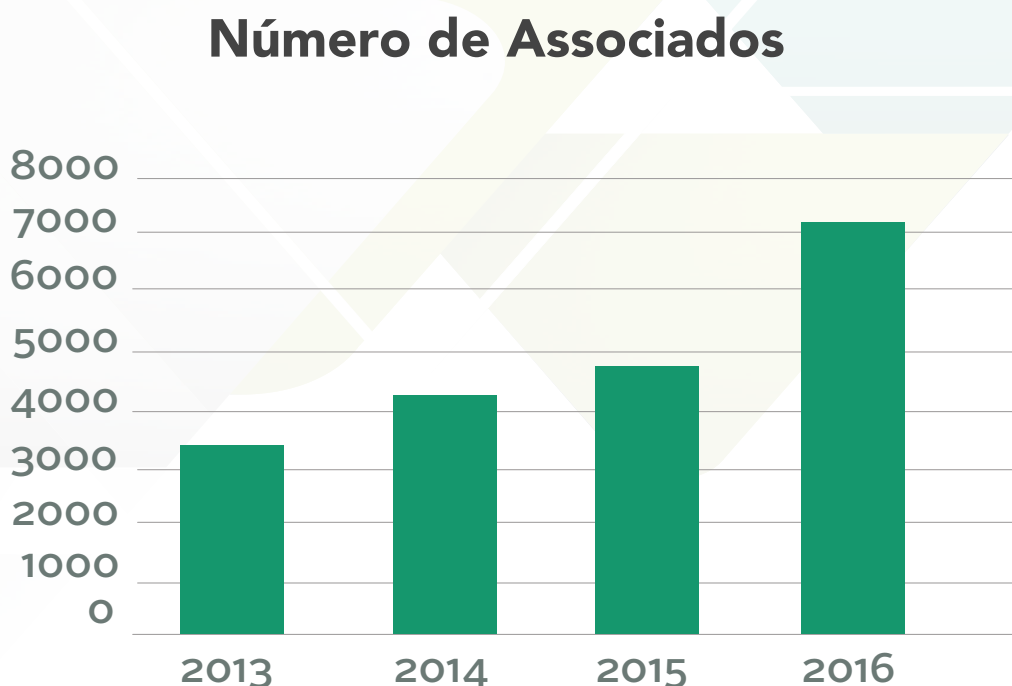
**Gráfico 9: Evolução dos depósitos totais no período 2013/2016.**



## Quadro Social

O número de associados cresceu 50,5%, em 2016, passando de 4.732 em 31 de dezembro de 2015 para 7.124 associados em 31 de dezembro de 2016. Um recorde na história da Cooperativa. Nos últimos 4 anos o crescimento do quadro social foi da ordem de 107,2%, conforme demonstrado no Gráfico 10. Esse crescimento ocorreu após a transformação da Cooperativa em Livre Admissão.

**Gráfico 10: Evolução do quadro social no período 2013/2016.**




## Seguros e Consórcios

A Michelangelo Seguros é uma das corretoras responsáveis por operacionalizar os produtos de seguros e previdência do Sicoob. Seu objetivo é atender às necessidades dos associados, oferecendo vasta carteira de seguros a preços competitivos e assegurando qualidade aos serviços prestados. Em parceria com algumas das maiores seguradoras do mercado, a Michelangelo tem uma carteira variada de produtos que inclui a previdência complementar, seguros de vida individual e em grupo, planos de saúde e odontológico, seguros patrimoniais como automóveis, residencial, condomínio, dentre outros.

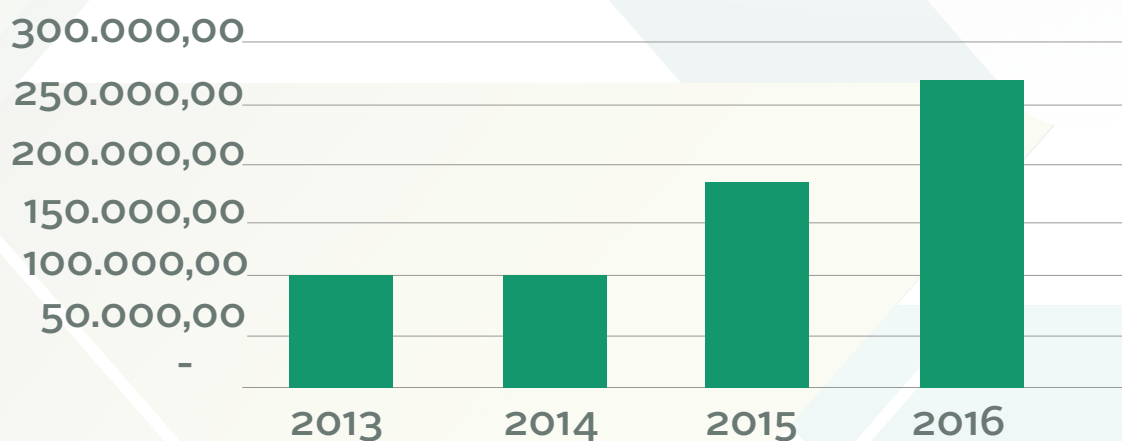
A Cooperativa trabalha, também, com o Sicoob Corretora. Além dos produtos de seguros habituais, como automóvel, vida, seguro residencial e prestamista, cuida do pagamento de comissões de consórcios.

Em 2016, foram arrecadados R\$273.752,01 em comissões de seguros e consórcios, conforme demonstrado no Gráfico 11. No ano foram comercializados R\$ 1.178.092,85 em prêmios de automóveis, R\$439.807,60 em prêmios de consórcios, R\$240.628,96 em prêmio de prestamista, R\$ 37.180,37 de prêmio de seguro residencial, R\$33.606,75 em prêmios de D&O, e R\$93.425,91 em prêmios dos demais ramos, totalizando R\$2.066.699,55 em prêmios.



**Gráfico 11: Evolução das Comissões de Seguros e Consórcios no período 2013/2016.**

**Comissões de Seguros e Consórcios**  
Em mil reais







## 6. Demonstrações Contábeis

---

# BALANÇOS PATRIMONIAIS

## EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais)

ATIVO	31/12/2016	31/12/2015
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>40.770.772,77</b>	<b>28.918.988,69</b>
Disponibilidades	<b>1.476.683,43</b>	<b>1.618.416,69</b>
Caixa	1.389.615,06	1.370.376,48
Depósitos Bancários	87.068,37	248.040,21
<b>Relações Interfinanceira</b>	<b>17.474.219,04</b>	<b>9.261.195,42</b>
Centralização Financeira	17.474.219,04	9.261.195,42
<b>Operações de Crédito</b>	<b>21.180.047,46</b>	<b>17.192.607,38</b>
Empréstimos, Títulos Descontados e Financiamentos	39.088.797,21	30.654.899,45
(-) Rendas a Apropriar	(16.741.287,38)	(12.271.403,05)
(-) Provisão para operações de crédito	(1.167.462,37)	(1.190.889,02)
<b>Outros Créditos</b>	<b>529.164,99</b>	<b>760.163,35</b>
Avais e Fianças Honrados	249.530,43	29.890,15
Rendas a receber	228.988,50	161.450,65
Diversos	227.067,41	584.307,54
(-) Provisão para Outros Créditos	(176.421,35)	(15.484,99)
<b>Outros Valores e Bens</b>	<b>110.657,85</b>	<b>86.605,85</b>
Almoxarifado	32.324,63	40.736,31
Despesas Antecipadas	78.333,22	45.869,54
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>63.903.961,15</b>	<b>48.986.424,98</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>45.929.286,03</b>	<b>38.654.513,89</b>
<b>Operações de Crédito</b>	<b>45.929.286,03</b>	<b>38.654.513,89</b>
Empréstimos, Títulos Descontados e Financiamentos	77.611.201,85	65.637.138,55
(-) Rendas a Apropriar	(30.500.982,03)	(26.000.178,09)
(-) Provisão para operações de crédito	(1.180.933,79)	(982.446,57)

<b>ATIVO</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>Investimentos</b>	<b>9.664.517,64</b>	<b>9.384.601,93</b>
Sicoob Planalto Central	9.664.517,64	7.784.601,93
Outros	-	1.600.000,00
<b>Imobilizado</b>	<b>8.283.223,36</b>	<b>885.118,01</b>
Imobilizações de uso	9.555.306,51	1.840.902,12
(-) Depreciação acumulada	(1.272.083,15)	(955.784,11)
<b>Diferido</b>	<b>-</b>	<b>29.334,91</b>
Ativos Intangíveis	-	857.648,73
(-) Amortização acumulada	-	(828.313,82)
<b>Intangível</b>	<b>26.934,12</b>	<b>32.856,24</b>
Ativos Intangíveis	59.221,59	59.221,59
(-) Amortização acumulada	(32.287,47)	(26.365,35)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>104.674.733,92</b>	<b>77.905.413,67</b>

# BALANÇOS PATRIMONIAIS

## EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais)

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>31/12/2016</b>	<b>31/12/2015</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>22.190.688,01</b>	<b>13.107.590,45</b>
<b>Depósitos</b>	<b>9.548.449,93</b>	<b>5.491.115,73</b>
Depósitos à Vista	8.773.553,67	5.053.902,99
Depósitos sob Aviso	155.891,40	138.958,32
Depósitos a Prazo	629.420,52	306.447,59
(-) Rendas a Apropriar	(10.415,66)	(8.193,17)
<b>Relações interdependências</b>	<b>4.774,23</b>	<b>11.498,86</b>
Recursos em Trânsito de Terceiros	4.774,23	11.498,86
<b>Obrigações por empréstimos</b>	<b>10.163.235,44</b>	<b>5.543.781,19</b>
Empréstimos no País - Sicoob Planalto Central	10.163.235,44	5.543.781,19
<b>Outras Obrigações</b>	<b>2.474.228,41</b>	<b>2.061.194,67</b>
Cobrança e Arrecadação de Tributos	6.315,17	4.552,98
Sociais e Estatutárias	143.658,31	175.024,00
Fiscais e Previdenciárias	208.012,31	149.910,83
Diversas	2.116.242,62	1.731.706,86
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>48.287.088,23</b>	<b>34.810.347,73</b>
<b>Exigível a Longo Prazo</b>	<b>48.287.088,23</b>	<b>34.810.347,73</b>
Depósitos a Prazo	166.323.836,62	127.321.989,70
(-) Rendas a Apropriar	(118.036.748,39)	(92.511.641,97)
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>34.196.957,68</b>	<b>29.987.475,49</b>
Capital Social	<b>25.296.387,61</b>	<b>21.603.435,23</b>
Cotas-Pais	25.384.377,32	21.635.730,04
(-) Capital a Realizar	(87.989,71)	(32.294,81)

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO**

**31/12/2016**

**31/12/2015**

**Reservas**

**7.902.089,67**

**7.278.266,75**

Reserva Legal

7.605.461,65

6.879.294,08

Reserva Estatutária

175.470,72

130.584,74

Reserva Expansão

121.157,30

268.387,93

**Sobras ou Perdas Acumuladas**

**998.480,40**

**1.105.773,51**

Sobras Acumuladas do Exercício

998.480,40

1.105.773,51

**PASSIVO E PATRIMÔNIO LIQUIDO**

**104.674.733,92**

**77.905.413,67**


## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO 2º SEMESTRE DE 2016 E EXERCÍCIOS FINDOS 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais)

Descrição	2º Semestre 2016	Exercício 2016	Exercício 2015
<b>Receitas da Intermediação Financeira</b>	<b>10.148.658,83</b>	<b>19.332.405,39</b>	<b>15.120.553,52</b>
Operações de Crédito	10.148.658,83	19.332.405,39	15.120.553,52
<b>Despesas da Intermediação Financeira</b>	<b>4.975.765,80</b>	<b>(8.567.400,03)</b>	<b>(6.145.373,48)</b>
Operações de Captação no Mercado	(3.123.324,06)	(5.841.137,25)	(3.749.115,52)
Operações de empréstimos/ repasses	(570.383,23)	(1.008.719,74)	(745.178,39)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.282.058,51)	(1.717.543,04)	(1.651.079,57)
<b>Resultado Bruto Intermediação Financeira</b>	<b>5.172.893,03</b>	<b>10.765.005,36</b>	<b>8.975.180,04</b>
<b>Outras Receitas/Despesas Operacionais</b>	<b>(4.517.542,98)</b>	<b>(8.979.094,77)</b>	<b>(6.848.735,77)</b>
Receitas Prestação de Serviços	105.279,04	157.595,77	60.988,86
Receitas Prestação de Serviços atos não cooperativos	198.405,69	307.893,53	231.146,42
Rendas de Tarifas Bancárias	429.512,74	741.001,65	390.186,23
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	-	268.922,19	358.362,94
Outras Receitas Operacionais	1.364.448,91	2.393.397,51	1.476.403,42
Despesas de Pessoal	(3.116.410,32)	(5.871.776,85)	(4.278.465,19)
Outras Despesas Administrativas	(2.683.467,83)	(4.619.572,38)	(2.895.170,67)
Despesas Tributárias	(38.891,24)	(66.426,90)	(45.254,28)
Outras Despesas Operacionais	(776.419,97)	(2.290.129,29)	(2.146.933,50)
<b>Resultado Operacional</b>	<b>655.350,05</b>	<b>1.785.910,59</b>	<b>2.126.444,27</b>
<b>Resultado não Operacional</b>	<b>20.065,87</b>	<b>29.508,33</b>	<b>(65.287,73)</b>
<b>Resultado Antes Tributação do Lucro e Participações</b>	<b>675.415,92</b>	<b>1.815.418,92</b>	<b>2.061.156,54</b>
<b>Imp. de Renda e Contribuição Social</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(14.698,77)</b>
Provisão para Imposto de Renda	-	-	(7.148,19)
Provisão para Contribuição Social	-	-	(7.550,58)



<b>Descrição</b>	<b>2º Semestre 2016</b>	<b>Exercício 2016</b>	<b>Exercício 2015</b>
<b>Resultado Antes das Participações Estatutárias</b>	<b>675.415,92</b>	<b>1.815.418,92</b>	<b>2.046.457,77</b>
<b>Participações Estatutárias (FATES/Reserva Legal)</b>	<b>816.938,52</b>	<b>816.938,52</b>	<b>940.684,26</b>
<b>Sobras ou Perdas Líquidas</b>	<b>-141.522,60</b>	<b>998.480,40</b>	<b>1.105.773,51</b>
<b>Juros ao Capital Próprio</b>	<b>676.395,14</b>	<b>2.176.775,99</b>	<b>2.085.969,71</b>
<b>Sobras ou Perdas</b>	<b>534.872,54</b>	<b>3.175.256,39</b>	<b>3.191.743,22</b>



## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em Reais)

### RESERVAS ESTATUTÁRIAS

ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO E DIVULGAÇÃO	OUTRAS CAMPANHAS	RESERVA DE EXPANSÃO	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL
<b>SALDOS EM 01/JAN/2015</b>	<b>17.671.455,33</b>	<b>5.975.095,16</b>	<b>23.645,32</b>	<b>45.339,00</b>	<b>268.387,93</b>	<b>1.168.987,81</b>	<b>25.152.910,55</b>
Aumento/Baixa de Capital	3.261.979,90	-	-	-	-	-	3.261.979,90
Transferência Autorizada Conf. AGO-2015	670.000,00	100.000,00	208.987,81	190.000,00	-	(1.168.987,81)	-
Reversão da Reserva para Contingência	-	-	(185.247,09)	(152.140,30)	-	-	(337.387,39)
Sobras do exercício	-	-	-	-	-	2.046.457,77	2.046.457,77
Destinações							
-Reserva Legal	-	804.198,92	-	-	-	(804.198,92)	-
-Fates	-	-	-	-	-	(136.485,34)	(136.485,34)
<b>SALDOS EM 31/DEZ/2015</b>	<b>21.603.435,23</b>	<b>6.879.294,08</b>	<b>47.386,04</b>	<b>83.198,70</b>	<b>268.387,93</b>	<b>1.105.773,51</b>	<b>29.987.475,49</b>
<b>Mutações do Exercício</b>	<b>3.931.979,90</b>	<b>904.198,92</b>	<b>23.740,72</b>	<b>37.859,70</b>	<b>-</b>	<b>(63.214,30)</b>	<b>4.834.564,94</b>
<b>SALDOS EM 01/JAN/2016</b>	<b>21.603.435,23</b>	<b>6.879.294,08</b>	<b>47.386,04</b>	<b>83.198,70</b>	<b>268.387,93</b>	<b>1.105.773,51</b>	<b>29.987.475,49</b>
Aumento/Baixa de Capital	2.955.952,38	-	-	-	-	-	2.955.952,38
Destinação autorizada Conf. AGO-2016	737.000,00	-	178.773,51	190.000,00	-	(1.105.773,51)	-
Utilização de reservas	-	-	(145.606,64)	(178.280,89)	(147.230,63)	-	(471.118,16)
Sobras do exercício	-	-	-	-	-	1.815.418,92	1.815.418,92
Destinações							
-Reserva Legal	-	726.167,57	-	-	-	(726.167,57)	-
-Fates	-	-	-	-	-	(90.770,95)	(90.770,95)
<b>SALDOS EM 31/DEZ/2016</b>	<b>25.296.387,61</b>	<b>7.605.461,65</b>	<b>80.552,91</b>	<b>94.917,81</b>	<b>121.157,30</b>	<b>998.480,40</b>	<b>34.196.957,68</b>
<b>Mutações do Exercício</b>	<b>3.692.952,38</b>	<b>726.167,57</b>	<b>33.166,87</b>	<b>11.719,11</b>	<b>(147.230,63)</b>	<b>(107.293,11)</b>	<b>4.209.482,19</b>

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO) EXERCÍCIOS FINDOS EM DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2016	2015
Sobras antes do imposto de renda e da contribuição social	<b>1.815.418,92</b>	<b>2.061.156,54</b>
<b>Ajustes às sobras: (não afetaram o caixa)</b>		
Despesas de depreciação e amortização	1.891.054,53	1.663.698,57
(Lucro)/Prejuízo na equivalência patrimonial	351.197,61	317.596,49
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(268.922,19)	(358.362,94)
Provisão para demandas judiciais	1.717.543,04	1.651.079,57
Baixa de imobilizado	88.200,05	47.821,01
	3.036,02	5.564,44
<b>Variações patrimoniais: (afetaram o resultado/receitas e despesas)</b>	<b>9.608.058,16</b>	<b>(1.329.969,28)</b>
Relações interfinanceiras e interdependências	(6.724,63)	-
Operações de crédito	(12.979.755,26)	(13.665.957,23)
Outros créditos	230.998,36	(479.870,19)
Outros valores e bens	(24.052,00)	(27.429,64)
Depósitos	17.534.074,70	10.346.251,38
Obrigações por empréstimos e repasses	4.619.454,25	2.265.732,67
Outras obrigações	236.154,67	246.007,22
Imposto de renda e contribuição social pagos	(2.091,93)	(14.703,49)
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>13.314.531,61</b>	<b>2.394.885,83</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de Investimento</b>		
Aquisição de investimentos	(1.610.993,52)	(1.000.196,10)
Aquisição de imobilizado de uso	(6.117.081,95)	(353.956,80)
Aquisição de intangível		(15.890,42)
<b>CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(7.728.075,47)</b>	<b>(1.370.043,32)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Aumento/(redução) de capital	2.955.952,38	3.261.979,90
Constituição/(reversão) de reservas estatutárias	(471.118,16)	(337.387,39)
<b>CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>2.484.834,22</b>	<b>2.924.592,51</b>
<b>AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E DE EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>8.071.290,36</b>	<b>3.949.435,02</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	10.879.612,11	6.930.177,09
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	18.950.902,47	10.879.612,11
<b>VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>8.071.290,36</b>	<b>3.949.435,02</b>

# 7 • Notas Explicativas

---

# NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2016 E 31/12/2015

(Valores expressos em Reais)

A **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CREDIEMBRAPA LTDA - SICOOB**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 24/07/1996, filiada à **CENTRAL COOPERATIVAS ECONOMIA CRÉDITO PLANALTO CENTRAL LTDA - SICOOB PLANALTO CENTRAL** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

**A Cooperativa tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:**

- Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

Em 29/06/2015 ocorreu a transformação da **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO DE MUTUO DOS EMPREGADOS DA EMBRAPA E DOS SERVIDORES DO MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE E ORGÃOS VINCULADOS LTDA - SICOOB AGROAMBIENTAL** para entidade de "Livre Admissão de Associados"; aprovada junto ao Banco Central do Brasil - BACEN em 23/07/2015, alterando sua denominação para **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CREDIEMBRAPA LTDA – SICOOB**.

### 1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidades da Administração da Cooperativa e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As demonstrações contábeis são uniformes em relação aos exercícios apresentados, sendo as possíveis mudanças de critérios ocorridas demonstradas em nota específica. Também foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, em sua reunião datada de 27/01/2017.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009 e CPC 33 – Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/2015.

### 2. Resumo das principais práticas contábeis

#### a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "Pro-rata temporis" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear.

As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.


Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade

#### b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. A Cooperativa revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

#### c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.





O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
<b>Caixa e depósitos bancários</b>	1.476.683,43	1.618.416,69
<b>Relações interfinanceiras - Centralização Financeira</b>	17.474.219,04	9.261.195,42
<b>TOTAL</b>	18.950.902,47	10.879.612,11

#### d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "Pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

#### e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 introduziram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

#### f) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB PLANALTO CENTRAL**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

#### g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 introduziram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

#### h) Diferido

O ativo diferido foi constituído pelas benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros, e pelos softwares adquiridos, registrados pelos custos incorridos nas benfeitorias e pelo custo de aquisição, respectivamente, e classificados nessa conta conforme determinação do COSIF. Esses gastos estão sendo amortizados pelo método linear no período de 05 anos.

### i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

### j) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("Pro rata temporis"), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

### k) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

### l) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### m) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

### n) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

### o) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos (Art. 183 Decreto 3.000/1999). O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação (Art. 182 Decreto 3.000/1999).

### p) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

### q) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Em 31 de Dezembro de 2016 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.


### r) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016.



### 3. Relações interfinanceiras

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
<b>Centralização Financeira - Cooperativas</b>	17.474.219,04	9.261.195,42

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICCOOB PLANALTO CENTRAL conforme art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/2015.

### 4. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não circulante	Total	
<b>Adiantamento a depositante</b>	119.494,20	0,00	119.494,20	45.187,03
<b>Empréstimos</b>	11.225.514,12	54.399.346,79	65.624.860,91	54.375.923,24
<b>Títulos Descontados</b>	103.905,04	0,00	103.905,04	122.859,02
<b>Financiamentos</b>	383.018,03	3.226.451,47	3.609.469,50	3.312.535,93
<b>(-) Provisões para Operações de crédito</b>	(863.418,20)	(1.661.399,31)	(2.524.817,51)	(2.025.840,88)
<b>TOTAL</b>	10.968.513,19	55.964.398,95	66.932.912,14	55.830.664,34

## Notas Explicativas

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial/ Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016	Total em 31/12/2015	Provisões 31/12/2015
<b>AA</b> - Normal	7.525.220,29	0	400.536,25	0	7.925.756,54		11.596.427,31	
<b>A</b> 0,50% Normal	33.793.405,75	370.242,90	2.703.531,60	0	36.867.180,25	184.335,90	32.033.164,13	160.165,82
<b>B</b> 1% Normal	14.863.552,69	1.286.295,58	190.904,56	0	16.340.752,83	163.407,53	9.244.559,65	92.445,60
<b>B</b> 1% Vencidas	1.049.055,00	182,87	14.334,90	0	1.063.572,77	10.635,73	1.040.086,70	10.400,87
<b>C</b> 3% Normal	2.709.798,44	149.047,27	73.476,26	0	2.932.321,97	87.969,66	1.028.314,30	30.849,43
<b>C</b> 3% Vencidas	542.777,18	990,42	32.607,88	0	576.375,48	17.291,26	313.757,77	9.412,73
<b>D</b> 10% Normal	944.661,22	108.770,05	6.553,16	0	1.059.984,43	105.998,44	550.745,09	55.074,51
<b>D</b> 10% Vencidas	432.503,49	3.549,69	0	0	436.053,18	43.605,32	148.334,34	14.833,43
<b>E</b> 30% Normal	60.529,19	4.455,33	11.611,82	0	76.596,34	22.978,90	88.845,48	26.653,64
<b>E</b> 30% Vencidas	236.658,01	2.403,19	0	0	239.061,20	71.718,36	107.164,32	32.149,30
<b>F</b> 50% Normal	59.114,58	7.200,00	0	0	66.314,58	33.157,29	186.127,58	93.063,79
<b>F</b> 50% Vencidas	468.453,14	1.974,88	13.072,99	0	483.501,01	241.750,51	72.171,05	36.085,53
<b>G</b> 70% Normal	16.078,34	6.500,00	0	0	22.578,34	15.804,84	33.599,48	23.519,64
<b>G</b> 70% Vencidas	286.586,53	2.371,59	14.534,33	0	303.492,45	212.444,72	6.371,91	4.460,34
<b>H</b> 100% Normal	142.921,67	65.909,09	15.996,41	0	224.827,17	224.827,17	692.335,87	692.335,87
<b>H</b> 100% Vencidas	929.042,61	27.539,59	132.309,34	0	1.088.891,54	1.088.891,54	744.390,39	744.390,39
<b>Total Normal</b>	60.115.282,17	1.998.420,22	3.402.610,06	0	65.516.312,45	838.479,73	55.454.118,89	1.174.108,30
<b>Total Vencidos</b>	3.945.075,96	39.012,23	157.142,38	0	4.141.230,57	1.686.337,43	2.432.276,48	851.732,59
<b>Total Geral</b>	64.060.358,13	2.037.432,45	3.559.752,44	0	69.707.260,08	2.524.817,16	57.886.395,37	2.025.840,89
<b>Provisões</b>	2.200.156,55	136.752,89	138.190,65	0	2.524.817,16		2.025.840,88	
<b>Total Líquido</b>	<b>61.860.201,58</b>	<b>1.900.679,56</b>	<b>3.421.561,79</b>	<b>0</b>	<b>67.182.442,93</b>		<b>55.860.554,49</b>	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Vencidos	Total
<b>Adianta. A Depositantes</b>	0	0	0	119.494,20	119.494,20
<b>Empréstimos</b>	4.313.265,41	6.469.883,00	54.399.346,79	442.365,71	65.624.860,91
<b>Títulos Descontados</b>	98.593,52	5.311,52	0	0	103.905,04
<b>Financiamentos</b>	5.014,43	328.286,54	3.226.451,47	49.717,06	3.609.469,50
<b>Outros Créditos</b>	0	352,73	0	249.177,70	249.530,43
<b>TOTAL</b>	4.416.873,36	6.803.833,79	57.625.798,26	860.754,67	69.707.260,08

d) Composição da carteira de crédito por tipo de cliente:

Descrição	31/12/2016	% da Carteira	31/12/2015	% da Carteira
<b>Pessoa Jurídica</b>	4.265.307,23	6,12%	3.413.889,88	5,88%
<b>Pessoa Física</b>	65.441.952,85	93,88%	54.636.457,13	94,12%
<b>TOTAL</b>	<b>69.707.260,08</b>	<b>100,00%</b>	<b>58.050.347,01</b>	<b>100,00%</b>

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
<b>Saldo Inicial</b>	2.173.335,59	795.193,36
<b>Transferência para Prejuízo</b>	-1.281.899,08	-275.631,08
<b>Constituições</b>	1.456.959,65	1.653.773,31
<b>Total</b>	<b>2.348.396,16</b>	<b>2.173.335,59</b>

f) Concentração dos Principais devedores:

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
<b>Maior Devedor</b>	1.052.154,68	1,51%	1.134.555,89	1,96%
<b>10 Maiores Devedores</b>	4.123.440,76	5,92%	4.039.737,51	6,98%
<b>50 Maiores Devedores</b>	11.739.334,38	16,87%	10.158.131,63	17,52%

## 5. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2016	31/12/2015
Avais e Fianças honrados	249.530,43	29.890,15
Rendas A Receber	228.988,50	161.450,65
Diversos	227.067,41	584.307,54
(-) Provisões Para Outros Créditos	-176.421,35	-15.484,99
<b>TOTAL</b>	<b>529.164,99</b>	<b>760.163,35</b>

## 6. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Material em Estoque	32.324,63	40.736,31
Despesas Antecipadas	78.333,22	45.869,54
<b>TOTAL</b>	<b>110.657,85</b>	<b>86.605,85</b>

Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes a prêmios de seguros, Auxílio Alimentação, Auxílio Transporte e Contribuição Sindical.

## 7. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB PLANALTO CENTRAL** e ações do **BANCOOB**.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Participações em cooperativa central de crédito	9.664.517,64	7.784.601,93
Outros	0	1.600.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>9.664.517,64</b>	<b>9.384.601,93</b>



## 8. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	Taxa Depreciação
<b>Imobilizado em curso</b>	1.600.000,00	0	
<b>Edificações</b>	5.030.560,00	30.560,00	4% aa.
<b>Instalações</b>	523.355,23	141.048,68	10% aa.
<b>Móveis e equipamentos de Uso</b>	1.109.440,87	607.629,66	10% aa.
<b>Sistema de Comunicação</b>	102.861,82	97.661,82	10% aa.
<b>Sistema de Processamento de Dados</b>	1.009.912,23	840.325,44	20% aa.
<b>Sistema de Segurança</b>	76.389,28	20.889,44	10% aa.
<b>Sistema de Transporte</b>	102.787,08	102.787,08	20% aa.
<b>(-) Total Depreciação Acumulada</b>	-1.272.083,15	-955.784,11	
<b>TOTAL</b>	<b>8.283.223,36</b>	<b>885.118,01</b>	

O imobilizado em curso refere-se a terreno que será utilizado para construção de posto de atendimento cooperativo. Este imóvel estava registrado na conta Investimentos (vide nota 7), tendo sido reclassificado no decorrer do exercício de 2016.

## 9. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
<b>Outros Ativos Intangíveis</b>	59.221,59	59.221,59
<b>(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis</b>	-32.287,47	-26.365,35
<b>TOTAL</b>	<b>26.934,12</b>	<b>32.856,24</b>

O valor registrado na rubrica "Intangível", refere-se a licenças de uso do Sistema de Informática do Sicoob - SISBR, adquirida do SICOOB CONFEDERAÇÃO.



## 10. Diferido

Nesta rubrica registram-se as benfeitorias realizadas nas propriedades de terceiros.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
<b>Gastos em Imóveis de Terceiros</b>	0	743.976,45
<b>Gastos com Aquisição e Desenvolvimento de Logiciais</b>	0	92.545,10
<b>Instalação e Adaptação de dependências</b>	0	21.127,18
<b>(-) Amortização Acumulada do Diferido</b>	0	-828.313,82
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>29.334,91</b>

## 11. Depósitos

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pró rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
<b>Depósito à Vista</b>	8.773.553,67	5.053.902,99
<b>Depósito Sob Aviso</b>	155.891,40	138.958,32
<b>Depósito a Prazo</b>	48.906.093,09	35.108.602,15
<b>TOTAL</b>	<b>57.835.538,16</b>	<b>40.301.463,46</b>

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida por Estatuto próprio e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constituído conforme Resolução CMN nº4.284/2013. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos

Concentração dos Principais Depositantes:

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Depositante	7.480.599,61	13,19%	4.684.918,87	11,80%
10 Maiores Depositantes	15.435.199,81	27,21%	12.774.074,38	32,17%
50 Maiores Depositantes	30.289.773,40	53,36%	23.795.805,80	59,93%

## 12. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2016	31/12/2015
Cooperativa Central	10.163.235,44	5.543.781,19

## 13. Outras obrigações

### 13.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Resultado De Atos Com Associados	90.770,95	100.524,87
Resultado De Atos Com Não Associados	0,00	35.960,47
Cotas De Capital A Pagar	52.887,36	38.538,66
<b>TOTAL</b>	<b>143.658,31</b>	<b>175.024,00</b>

a) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

b) Refere-se a cotas de capital a devolver de associados desligados.

### 13.2. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e contribuições a recolher	208.012,31	149.910,83

### 13.3. Diversas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações Por Aquisição De Bens E Direitos	151.405,31	72.583,84
Obrigações Por Prestação De Serviços De Pagamento	14.626,73	7.900,93
Provisão Para Pagamentos A Efetuar	1.451.704,56	1.339.684,53
Provisão Para Passivos Contingentes	127.821,77	71.652,33
Credores Diversos – País	370.684,25	239.885,23
<b>TOTAL</b>	<b>2.116.242,62</b>	<b>1.731.706,86</b>

As principais provisões para pagamentos a efetuar referem-se a despesas de pessoal (R\$ 276.410,79) e seguros (R\$ 1.044.867,38)

### 14. Instrumentos financeiros

A Cooperativa opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

## 15. Patrimônio líquido

### a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social	25.296.387,61	21.603.435,23
Associados	5.817	4.732

### b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 40%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Reserva Legal	7.605.461,65	6.879.294,08

### c) Reserva Estatutária

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Reserva Estatutária	175.470,72	130.584,74

### i. Fundo de Desenvolvimento e Divulgação

Em 2014, houve um aporte de R\$ 180.000,00 e gastos de R\$ 186.965,04, tendo o fundo encerrado o ano de 2014 com um saldo de R\$ 23.645,32. Em 2015, houve um aporte de R\$ 208.987,81, outros aportes de R\$ 3.603,47 e gastos de R\$ 188.850,56, tendo o fundo encerrado o ano de 2015 com um saldo de R\$ 47.386,04.

## ii. Campanha Sementes da Sorte

Em 2014 o aporte foi de R\$ 148.612,30 e foram gastos R\$ 183.892,52, encerrando o exercício com saldo de R\$ 45.339,00. Em 2015, a AGO autorizou um aporte de R\$ 190.000,00, sendo desembolsados R\$ 152.140,30. Essa conta encerrou 2015 com um saldo de R\$ 83.198,70.

### d) Reserva de Expansão

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Reserva de expansão	121.157,30	268.387,93

### e) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Sobras do 1º Semestre	1.140.003,00	1.358.259,89
Sobras do 2º Semestre	675.415,92	688.197,88
<b>Total das Sobras do Exercício</b>	<b>1.815.418,92</b>	<b>2.046.457,77</b>
Destinação para o FATES de ato Cooperativo	(90.770,95)	(100.524,87)
Destinação para o FATES de ato Não Cooperativo	0,00	(35.960,47)
Destinação para Reserva Legal	(726.167,57)	(804.198,92)
<b>Total das Destinações</b>	<b>(816.938,52)</b>	<b>(940.684,26)</b>
<b>Sobras ou Perdas Líquidas do Exercício</b>	<b>998.480,40</b>	<b>1.105.773,51</b>

## 16. Provisão de Juros ao Capital

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Juros ao capital	2.176.775,99	2.085.969,71

A Cooperativa provisionou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram a Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme circular BACEN nº 2.739/1997.

## 17. Outras receitas operacionais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Ingressos de depósitos intercooperativos	2.274.360,63	1.407.691,37
Outras rendas operacionais	94.277,38	41.923,33
Recuperação de encargos e despesas	24.759,50	26.866,48
<b>TOTAL</b>	<b>2.393.397,51</b>	<b>1.476.481,18</b>

## 18. Outras despesas operacionais

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Despesas de juros ao capital	(2.176.775,99)	(2.085.969,71)
Outras despesas operacionais	(10.569,69)	(3.599,76)
Multa e juros diversos	(444,91)	(662,29)
Tarifas consultas/saques C irris cabal	(1.267,30)	(1.399,30)
Cancelamento - tarifas pendentes	(8.792,50)	(4.000,88)
Mensagens SMS - cartão Mastercard	(1.186,34)	(409,86)
Estorno juros mora - Opera crédito - RPL	(935,86)	-
Contribuí. Ao fundoressarci . Fraudes externas	(727,17)	(1.845,85)
Contribuí. Ao fundoressarci . Perdas operacionais	(494,08)	(1.224,84)
Custos com portabilidade- RCO	(735,40)	-
Outras	(88.200,05)	(47.821,01)
<b>TOTAL</b>	<b>(2.290.129,29)</b>	<b>(2.146.933,50)</b>

## 19. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Outras Receitas Não Operacionais	57.703,30	19.133,57
Outras Despesas Não Operacionais	(28.194,97)	(84.421,30)
Resultado Líquido	29.508,33	(65.287,73)

## 20. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Montante das operações ativas e passivas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Operações de Crédito	143.153,14	49.009,42
Depósitos a Vista e a prazo	2.434.526,85	2.708.288,48
Capital Social	600.174,81	583.995,19

A remuneração paga pelos serviços desses profissionais refere-se exclusivamente a honorários da diretoria, às cédulas de presença dos conselheiros e aos correspondentes encargos sociais, conforme deliberado em Assembleia Geral Ordinária.



Benefícios Monetários	31/12/2016	31/12/2015
Honorários	440.169,22	666.675,69
Encargos Sociais	24.597,47	133.335,14
<b>Total</b>	<b>464.766,69</b>	<b>800.010,83</b>

## 21. Cooperativa Central

**COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CREDIEMBRAPA LTDA - SICOOB**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CENTRAL COOPERATIVAS ECONOMIA CRÉDITO PLANALTO CENTRAL LTDA - SICOOB PLANALTO CENTRAL**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB PLANALTO CENTRAL**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB PLANALTO CENTRAL** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

A Cooperativa responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB PLANALTO CENTRAL** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

As demonstrações contábeis do **SICOOB PLANALTO CENTRAL**, encerradas em 31/12/2015, foram auditadas por auditores independentes que emitiram relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, datado de 11/02/2016, com opinião sem modificação.

## 22. Gerenciamento de Risco

### 22.1. Risco operacional

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

O gerenciamento do risco operacional da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco operacional, por meio da adoção de boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.380/2006.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco operacional centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

O processo de gerenciamento do risco operacional da Cooperativa consiste na avaliação qualitativa dos riscos objetivando a melhoria contínua dos processos.

O uso da Lista de Verificação de Conformidade (LVC), tem por objetivo identificar situações de risco de não conformidade, que após identificadas são cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir).

As informações cadastradas no Sistema de Controles Internos e Riscos Operacionais (Scir) são mantidas em banco de dados fornecido pelo SICOOB CONFEDERAÇÃO.

A documentação que evidencia a efetividade, a tempestividade e a conformidade das ações para tratamento dos riscos operacionais, bem como as informações referentes às perdas associadas ao risco operacional são registradas e mantidas na Cooperativa sob a supervisão do SICOOB CONFEDERAÇÃO.

Para as situações de risco identificadas são estabelecidos planos de ação, com a aprovação da Diretoria Executiva, que são registrados em sistema próprio para acompanhamento pelo Agente de Controles Internos e Riscos (ACIR).

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

### 22.2. Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no BANCOOB, que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o SICOOB possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

### 22.3. Risco de Crédito

O risco de crédito é a possibilidade de a contraparte não honrar o compromisso contratado e, também, da degradação da qualidade do crédito.

O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito centralizada no BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Cooperativa possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

### 22.4. Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, a Cooperativa aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico [www.sicoob.com.br](http://www.sicoob.com.br).

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades da Cooperativa com objetivo de:

- a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do sistema **SICOOB** estão sujeitas;
- b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e
- c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.


Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do **SICOOB**.

### 23. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2015, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 6.177.271,24, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

### 24. Seguros contratados (não auditado)

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.



## 25. Índice de Basileia


As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Patrimônio de Referência	29.968.882,41	28.048.420,96
Ativos Ponderados por Risco - RWA	77.018.643,00	48.987.033,65
PR Mínimo Requerido para - RWA	8.086.957,52	5.143.638,53
PR Nível I Mínimo Requerido para - RWA	6.546.584,66	4.163.897,86
Capital Principal Mínimo Requerido para - RWA	5.391.305,01	3.429.092,36
Índice de Basileia	21.881.924,90	22.904.782,43

Brasília DF, 31 de Dezembro de 2016.

Carlos Henrique Simões Ayres  
Diretor Presidente

Sílvia Regina Alves da Silva  
Diretora Administrativo-Financeira



# Relatório da Administração | 2016



## 8. Pareceres

---



**PARECER DO CONSELHO FISCAL DO SICOOB CREDIEMBRAPA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ALUSIVAS AO PRIMEIRO E SEGUNDO SEMESTRES DE 2016.**

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão Crediembrapa Ltda. - Sicoob e de conformidade com as atribuições legais, conferidas pelo Estatuto Social, procedemos à análise das Demonstrações Contábeis Exercícios Findos em 2015 e 2016, compreendidas pelo Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Fluxo de Caixa pelo Método Indireto e Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e Parecer da Auditoria Independente elaborado por Baker Tilly Brasil, em 21 de fevereiro de 2017, e nas averiguações mensais periódicas efetuadas por este Confis, entende que os documentos acima citados refletem de forma adequada a situação patrimonial e financeira do SICOOB Crediembrapa, bem como suas atividades realizadas no ano de 2016. Assim, somos favoráveis e recomendamos a aprovação das contas referentes ao exercício de 2016, pela Assembleia Geral Ordinária. Brasília-DF, 02 de março de 2017. Conselheiros titulares: Luiz Antônio Teston, Maria Viana de Almeida e Cleuber Oliveira e o suplente: Waldir Marques Giusti e Cássio Costa da Silva Curi. **3. Análise do Relatório de Auditoria:** este conselho analisou o Relatório de Auditoria Independente elaborado por Baker Tilly Brasil em 21 de fevereiro de 2017, sobre as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício de 2016, no qual consta a "opinião" de adequabilidade das Demonstrações Contábeis, ou seja, sem Ressalvas. **4.** Como mais nada de relevante houvesse a tratar, foi encerrada a reunião, lavrada a presente Ata, que depois de lida e achada conforme, vai assinada pelos conselheiros presentes.

Brasília-DF, 2 de março de 2017



Luiz Antônio Teston – Presidente

\_\_\_\_\_  
Cleuber Oliveira - Conselheiro Titular

\_\_\_\_\_  
Maria Viana de Almeida- Conselheira Titular



Waldir Marques Giusti - Conselheiro Suplente



Cassio Costa da Silva Curi – Conselheiro Suplente



## **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CREDIEMBRAPA LTDA – SICOOB**

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE O EXAME DAS  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO  
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Aos Administradores e Conselheiros da

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CREDIEMBRAPA LTDA - SICOOB**

Brasília – DF

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO CREDIEMBRAPA LTDA – SICOOB** que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **CREDIEMBRAPA – SICOOB** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

### **Base para opinião**


Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade CFC e cumpridos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A Administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, obtido antes da data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito





# Audidores Independentes

---

## **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A Administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.


Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a Administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
  - Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
  - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- 



# Audidores Independentes

---

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública que um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 21 de fevereiro de 2017.



**NESTOR FERREIRA CAMPOS FILHO**

Contador CRC/DF 013421/O-9

**Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes**

CRC/MG 005455/O-1

